391/25, 392/25, 444/25 e 503/25, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.949 a 9.982/26; Projeto de Lei n. 100/26 do vereador Daniel Alves; Projetos de Indicação n.s 140 e 141/26 do vereador João Cláudio Bacelar, 142/26 do vereador Ricardo Almeida e 143 e 144/26 do vereador George Reis; Projetos de Resolução n.s 26/26 da vereadora Debora Santana, 27/26 do vereador Hamilton Assis e 28 e 29/26 da Mesa Executiva; Requerimento n. 102/26 do vereador Sílvio Humberto; Moções n.s 122/26 do vereador Sandro Filho, 123/26 do vereador Hamilton Assis, 124/26 do vereador Sílvio Humberto, 125 e 126/26 do vereador Sandro Filho, 127/26 do vereador Duda Sanches e 128/26 do vereador Felipe Santana; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Ireuda Silva (6 e 8 de abril), Randerson Leal (13 de abril) e Roberta Caires (13 de abril). O senhor presidente convidou as lideranças para reunião do Colégio de Líderes na próxima segunda-feira, dia 20, às 15h30, a qual teria como pauta a definição de calendário de votações, no qual seria incluído o Projeto do Plano de Segurança Pública. Sublinhou a necessidade de se produzirem audiências públicas e emendas antes da votação desse Projeto, a qual marcou para o próximo dia 29, junto à votação de projetos de vereadores que tivessem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Esclareceu que emendas apresentadas em Plenário seriam também apreciadas. No **Pinga-Fogo**, a vereadora Marta Rodrigues defendeu ampla discussão em torno da segurança pública, envolvendo variados segmentos sociais. Expressou preocupação quanto à elaboração do Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Considerou que as oficinas realizadas nesse processo, as quais se davam em ambientes fechados, não promoviam algo idôneo, com participação popular. Criticou esse andamento e avaliou haver situações colapsadas na Cidade enquanto o diploma não era produzido. O senhor presidente informou que a reunião com o secretário municipal da Saúde Rodrigo Alves, a qual fora solicitada pela Oposição, aconteceria na sexta-feira pela manhã. Foram promulgadas as Resoluções n.s 3.560 e 3.561/26. O vereador Cezar Leite afirmou que o PT tinha atuação destrutiva. Relatou que colegas seus, médicos, estavam sem receber salários na rede estadual de Saúde desde o ano anterior, o que fazia surgir a ameaça de greve. Afirmou que o Presidente Lula e o governador Jerônimo Rodrigues eram alvos de rejeição. Comentou sobre o escândalo do Banco Master, o qual relacionou à gestão do PT. Defendeu a candidatura à Presidência do senador Flávio Bolsonaro. Assumiu a Presidência o vereador Cláudio Tinoco. A vereadora Eliete Paraguassu mencionou o seu Projeto contra o racismo ambiental. Apontou falta de políticas públicas para comunidades tradicionais e criticou a situação em Canabrava, onde as chuvas causavam danos, inclusive pelo lixo acumulado. Considerou haver desarticulação entre órgãos responsáveis por atuar sobre isso. Expôs pleito pela integração entre transportes aquáticos nas ilhas e assinalou o papel do seu mandato na luta pelas populações desses locais. Assumiu a Presidência o vereador Maurício Trindade, que divulgou retificação sobre as marcações anteriormente feitas, informando que a reunião com o secretário da Saúde e a reunião do Colégio de líderes aconteceriam no dia 22, respectivamente às 9h e às 15h30. O vereador Cláudio Tinoco relatou ter recebido contatos de pessoas desgostosas com uma entrevista do ex-governador Rui Costa. Expôs os problemas deixados na Educação estadual por esse gestor, lembrando que os alunos chegaram a receber calçados de numeração 44. Elogiou escola municipal de grande estrutura e destacou a avaliação positiva das unidades de ensino da rede municipal. Enalteceu a criação, pela Prefeitura, do primeiro hospital municipal e do primeiro hospital veterinário, e a iminente inauguração de maternidade, entre outras realizações na Saúde. Convidou o ex-governador para debater a Cidade. Assumiu a Presidência o vereador Rodrigo Amaral. Em comunicação inadiável, o vereador Hamilton Assis informou ter feito audiência sobre o Plano de Segurança Pública em março. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança da Oposição, a vereadora Aladilce Souza sublinhou a obrigação da Prefeitura em promover o PDDU e a demanda da Cidade quanto a isso. Afirmou que a produção do novo diploma era feita às ocultas e sem acompanhar os problemas da população, dos quais destacou a pobreza. Também destacou as necessidades de regularização fundiária e de formalização do trabalho. Expôs os dias e horários das oficinas do PDDU para demonstrar que o povo não poderia participar delas. Elogiou as entidades que trabalhavam seriamente pelo PDDU. Pela Liderança do Governo, o vereador Cláudio Tinoco leu cópia de Ofício no Ministério Público (MP), de março, em que o órgão informava a necessidade de avaliação dos impactos urbanos e de outros elementos relativos à alienação do antigo Centro de Convenções, além de declarar a disposição de obstar o leilão desse imóvel. O documento lido também assinalava o compromisso assumido por secretaria estadual em não alienar áreas de dunas. O orador afirmou que esse compromisso era descumprido e indagou se tal desobediência era do secretário ou do governador do Estado. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza saudou o Sindicato dos Jornalistas por seus 81 anos e o Sindicato dos Fazendários por seus 30 anos. O vereador Randerson Leal contou ter estado no Aeroporto e dialogado com o responsável por sua administração sobre as mudanças previstas no acesso ao local. Disse que fora acertada a vinda de representantes do Aeroporto à CMS para conversar com a Comissão de Defesa do Consumidor, cuja atenção ele pediu. Também contou ter estado em programa de rádio no qual recebera demandas de Cajazeiras. Declarou compromisso com os moradores desse bairro, inclusive quanto a uma petição pública. Comentou sobre pleito para passarela na Avenida 29 de março, cuja necessidade relacionou ao VLT. O vereador Cláudio Tinoco desmentiu boato sobre o fechamento de escola no Nordeste de Amaralina. Comentou sobre o anúncio, pelo Governo do Estado, de que a construção da Ponte Salvador-Itaparica seria iniciada, observando que esse anúncio se dava em ano eleitoral e criticando a ideia de se fazer, de imediato, uma ponte provisória. Expôs que a Brigada K-9, que resgatava e reabilitava animais maltratados, estava na iminência de perder a sua sede por ação do Governo do Estado. Indagou se alguém sabia quem era o secretário responsável pela construção da Ponte. Em aparte, o vereador Felipe Santana identificou o secretário como Mateus Dias e descreveu o seu perfil, atribuindo-lhe qualificação. Sugeriu que ele fosse convidado à Casa e relatou ações já realizadas sobre a Ponte, envolvendo especialistas técnicos. O orador agradeceu a informação e pediu que esse secretário intercedesse em favor da Brigada K-9. Em comunicação inadiável, o vereador Anderson Ninho afirmou que a conversa sobre a Ponte se repetia havia anos sem que a obra se realizasse. Em comunicação inadiável, o vereador Felipe Santana disse querer conhecer a Secretaria municipal do Mar e integrá-la aos trabalhos sobre a Ponte. A vereadora Marta Rodrigues celebrou a sanção do Presidente da República à Lei que determinava o uso de tornozeleira eletrônica por agressores de mulheres. Destacou a importância do monitoramento que seria possível com esse recurso. Nada mais havendo, o senhor presidente Rodrigo Amaral declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
ANDRÉ FRAGA	13 a 15/04/2026	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
KÊNIO REZENDE	15/04/2026	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
MARCELLE MORAES	06 e 07/04/2026	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)
MARCELO GUIMARÃES NETO	14 e 15/04/2026	Art.17, inciso II, Res. 910/91 (Compilação)
ROBERTA CAIRES	22/04/2026	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)

HOMOLOGAÇÃO

Data: *data da assinatura digital.*

Referência: Processo Administrativo CMS nº 678/2026, de 13 de abril de 2026.

Assunto: **Pagamento por Indenização.**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, conforme DOL, Ano XXXIV, nº. 6.859, pág. 06, datado de 03/01/2025, devidamente autorizado pelo art. 35, I e XIX, da Resolução nº 910/1991, publicada no DOM de 16 e 17/05/1991, **HOMOLOGA**, a solicitação constante no Processo Administrativo/CMS nº 678/2026, de 13 de abril de 2026, para pagamento de indenização, conforme nota fiscal acostada nos autos nº. 0012983, em favor da empresa TELETALK CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.195/0001-17, a título de indenização, ref. ao período de 01/03/2026 a 30/03/2026, devido a impossibilidade de prorrogação legal do Contrato CMS nº 01/2022 o qual teve seu término em 20 de janeiro de 2026, conforme Parecer conclusivo da PROJUR nº 75/2026.

CARLOS MUNIZ
Presidente/CMS

AVISO DE REVOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Salvador torna pública a **REVOGAÇÃO** da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 7/2026, Processo Administrativo nº 1036/2025,** cujo objeto é a aquisição de material permanente (livros) visando complementar e atualizar o acervo da Biblioteca Professor Jorge Portugal, pertencente ao Centro de Cultura Vereador Manuel Querino, da Câmara Municipal de Salvador, BA, bem como auxiliar no gerenciamento das demandas informacionais contidas na Biblioteca. Diante da constatação de erro material contido no Aviso de Dispensa Eletrônica, o presente certame está **REVOGADO**.

Salvador, 16 de abril de 2026.

CARLOS MUNIZ
Presidente

***Aviso de revogação republicado em razão de erro material no Diário Oficial publicado no dia 17 de abril de 2026, n° 7.179**

EXPEDIENTE DA DIRETORIA GERAL

PROCESSO DEFERIDO PARCIALMENTE

ASSUNTO: Solicitação de pagamento de indenização por 105 dias de férias não gozadas.

CAD.	REQUERENTE	PROCESS Nº
6195	Railton Lima Correia	808/2025